

MUSEU DA PESSOA

História

Abraçar uma causa, mudar uma realidade

História de: [Patrícia Souto Audi](#)

Autor: [Ana Paula](#)

Publicado em: 12/01/2021

Sinopse

Vida em Brasília. Entrada na OIT. O combate ao trabalho escravo no Brasil. Atuação da OIT. Realidade da luta contra o trabalho escravo. Importância da visibilidade e da conscientização. Qualidade de vida em Brasília e transformações na cidade

História completa

Projeto Fundação Banco do Brasil Realização Instituto Museu da Pessoa Entrevista de Patrícia Souto Audi Entrevistada por Aurélio Araújo Brasília, 02 de fevereiro de 2006. Código: FBB_CB005 Transcrito por Susy Ramos Revisado por Daniela Soares P/1 – Patrícia, boa tarde! R – Boa tarde! P/1 – Obrigado por ter aceitado o convite do Museu. Queria que você dissesse seu nome completo, local e data de nascimento. R – Patrícia Souto Audi, nasci no Rio de Janeiro, em 15 de maio de 1968. P/1 – Como você veio parar em Brasília? R – Eu vim aos 12 anos porque meu pai conseguiu um emprego na Empresa Brasileira de Notícias e a família se mudou do Rio pra cá. Desde então, a partir daí, estudei, fiz faculdade, me formei e comecei a trabalhar aqui. P/1 – Como era Brasília naquela época? Você chegou do Rio de Janeiro, você teve um choque quando chegou aqui? R – Nos seis primeiros meses eu quis voltar, mas depois eu me adaptei ao dia-a-dia, às coisas boas de Brasília, fiz amigos, comecei a formar raízes e passei a gostar da cidade. P/1 – Você poderia descrever Brasília naquela época? R – Brasília, naquela época, era muito diferente de hoje, primeiro porque... bem, sob a visão de uma pessoa que tinha 12 anos e que começou a crescer, as duas referências eram só dois colégios, todas as pessoas que eu conhecia frequentavam o mesmo lugar, todas as pessoas que tinham a mesma idade frequentavam o mesmo lugar, havia muito menos gente, tinha muito menos trânsito, não tinha trânsito, não havia pedintes na rua, também não haviam muitas opções de entretenimento, mas para quem é adolescente, quem cresce e se adapta a Brasília, ela oferecia muitas opções. É uma vida mais tranquila, você tinha a possibilidade de estar saindo até mais tarde sem estar preocupando os pais, então acabava compensando essa falta de opção. P/1 – Você estudou onde? R – No Colégio Marista. P/1 – Toda a vida? R – É, toda a vida. Me formei lá no segundo grau, estudei um ano só no Santa Rosa, mas a partir da sétima série fiz Marista até entrar na UnB [Universidade de Brasília]. P/1 – Como era o Marista naquela época? R – Não era muito diferente do que é hoje, a não ser pelas instalações, mas a filosofia, os valores, o incentivo ao esporte era mais ou menos como é hoje. E até mesmo por conta disso eu resolvi colocar a minha filha lá. P/1 – Após ter terminado o segundo grau você partiu direto pra faculdade? R – Parti direto pra faculdade. P/1 – Foi estudar onde? R – Estudei na UnB, fiz administração. P/1 – Administração _____. A UnB sempre foi um lugar bem típico de Brasília. Como era a UnB na época que você estudou por lá? R – Eu estive até outro dia na UnB. Era um espaço político interessante, em que as pessoas eram muito descompromissadas com o rótulo de Brasília ou com as perspectivas de Brasília, estavam lá todas com o mesmo interesse, sem nenhum tipo de preocupação. Era um espaço bastante interessante, mas ainda acho que um pouco tímido pelas possibilidades que teria uma universidade do padrão da UnB. Acho que até hoje ela explora muito pouco essa possibilidade. P/1 – Como você foi cair na OIT [Organização Internacional do Trabalho]? R – Eu era diretora de benefícios da Previdência Social, já estava lá há dois anos. P/1 – Trabalhando na parte da administração? R – É, diretora nacional da área de benefícios, cuidava das 21 milhões de aposentadorias do país, e recebi um convite, estava se iniciando um projeto de combate ao trabalho escravo, que era um tema pra mim desconhecido e muito instigante. Fiz a entrevista e fui conversar com o diretor da OIT na época para saber quais eram as intenções, o que era exatamente, o que se pretendia. A partir do momento que eu conversei, era pra se iniciar um projeto de cooperação técnica com o governo brasileiro, exatamente pra coordenar os esforços de combate ao trabalho escravo. Quando eu fiquei conhecendo a gravidade, a possibilidade de mudar essa realidade, eu me apaixonei pelo tema e, desde então, há quase quatro anos eu coordeno esse projeto. P/1 – Previdência nunca mais? R – Não, a previdência foi uma experiência maravilhosa. A possibilidade de ajudar em larga escala milhões de brasileiros é uma coisa muito interessante, não diria nunca mais, mas eu acho que a gente tem que fechar bem as portas e olhar pra frente. Eu gostaria de ter novos desafios. P/1 – Quais são as áreas e as ações que a OIT hoje enfrenta? Quais são as dificuldades que vocês têm com relação ao trabalho escravo no Brasil e quais são as ações efetivas? R – Bem, a OIT é uma organização internacional no âmbito das Nações Unidas, é formada por quase 180 países. Atua em várias áreas aqui no Brasil, as principais são o combate à discriminação, o combate ao trabalho infantil e o combate ao trabalho escravo. De que forma nós atuamos? Existem inúmeras instituições que vinham lutando há anos. Primeiro a Comissão Pastoral da Terra, que vinha denunciando há anos a existência do trabalho escravo sem que ninguém ouvisse, sem que ninguém percebesse. O fato da OIT ter abraçado essa causa fez com que o tema ganhasse a visibilidade que merece porque quando a gente fala de trabalho escravo, nós estamos nos referindo não ao descumprimento de qualquer uma das leis trabalhistas, não. A gente está falando de brasileiros que hoje, em pleno século XXI, não têm a possibilidade de sair de seu ambiente de

trabalho. A gente está falando do cerceamento da liberdade de milhares de brasileiros. Essa realidade cruel que a gente sequer imagina que possa existir, ainda existe no Brasil. O fato de uma organização internacional abraçar essa causa fez com que houvesse uma coordenação política muito interessante e que o tema ganhasse a visibilidade e a indignação que merece. Com isso, realmente nós tivemos resultados muito interessantes em relação a esse projeto. Hoje o tema faz parte de uma agenda nacional, existe uma comissão que se reúne mensalmente pra tratar da questão, foi criado um plano nacional pra cuidar dessa questão, existem 20 instituições diretamente ligadas nisso. Havia muita impunidade com relação a essa questão, hoje essas pessoas já estão sendo responsabilizadas, foi formado um grande pacto nacional contra o trabalho escravo em que foram identificadas quais são as fazendas que utilizam dessa prática criminosa e o grande empresariado brasileiro hoje já não adquire mais produtos dessas fazendas. Então uma série de possibilidades foram se abrindo com o fato desse trabalho ser articulado. O Ministério do Trabalho mesmo, vinha atuando há quase dez anos no resgate desses trabalhadores, e é curioso que somente nos três ou quatro últimos anos é que essas pessoas, esses empregadores, começaram a ser responsabilizados realmente por essa barbaridade que fazem com esses brasileiros. Isso nos traz um conforto muito grande, saber que a gente consegue de alguma forma interferir nessa realidade. P/1 – A OIT chega no Brasil na década de 1950. Em 1970 _____ Brasília, _____ federal. Brasília é uma cidade que vai _____. Você acha essa atuação importante na contenção do trabalho escravo? R – Lógico! Primeiro porque a competência de se fiscalizar essas fazendas e de atuar esses criminosos é do governo federal, pelo intermédio da Polícia Federal e do Ministério do Trabalho. Depois porque o próprio governo faz parte da OIT. Cada um desses quase 180 países têm uma representação tripartite na OIT: o governo, representantes de trabalhadores e de empregadores. O governo faz parte da formação da organização, lógico que nós não podemos de forma alguma interferir nessas ações de governo, mas nós estamos aqui pra procurar de alguma forma ajudá-los. Mas não só o governo, isso que é importante. Nós buscamos, acho que esse é o principal resultado dessa atuação da OIT, ajudar também as outras instituições: o judiciário, que tem feito um papel super importante, a própria Comissão Pastoral da Terra que tem atuado de maneira brilhante, agora o grito dele é ouvido, as denúncias chegam, são apuradas e a sociedade hoje sabe que nos rincões do Brasil grandes grupos econômicos ainda exploram os trabalhadores de maneira cruel. P/1 – Você teve a oportunidade de conhecer essa realidade? R – Sim, eu estive já algumas vezes, duas vezes pra falar a verdade, em inspeções do Grupo Móvel de Fiscalização, que é uma força-tarefa formada por fiscais, procuradores e a polícia federal. Nós estivemos no sul do Pará onde resgatamos 78 pessoas que estavam há 3 meses sem poder sair da fazenda, sem receber nenhum tipo de salário ou de dinheiro, ameaçados e enganados. Porque a principal forma de cercear a liberdade desses trabalhadores é você dizer a eles que possuem uma dívida, que é fraudulenta, ou seja, o que eles consomem, a forma que se alimentam e o transporte deles pra chegar dos municípios até a fazenda, é cobrado em valores muito superiores ao salário acordado, então eles possuem uma dívida muito maior do que o salário acordado. São pessoas muito humildes, acreditam que devem e permanecem nessa situação de escravidão durante meses ou até anos. Foram resgatados nessa situação 78 pessoas, havia entre essas, dois menores e uma criança de 5 anos. P/1 – Você poderia _____ a diferença entre a realidade _____ visibilidade _____ problema, sair de Brasília, que é uma cidade padrão, uma cidade conhecida como modelo de vida, organizado, que tem _____ diminuídas em relação ao resto do país, de repente chegar no sul do Pará. Isso é um impacto muito forte? R – Isso não me assusta, lógico que eu estou acostumada, já trabalho na área de direitos humanos há muitos anos, na área social há muitos anos. Mas eu acho que as pessoas das grandes metrópoles, por mais dificuldades que tenham, e aí eu não me refiro só a Brasília, mas até mesmo Brasília de uma maneira especial em que a pobreza fica muitas vezes isolada, elas não têm ideia do que acontece nessas regiões: no Pará, no Mato Grosso, no Tocantins, e as condições que esses trabalhadores vivem, tamanha a degradação das condições de trabalho, da dignidade dessas pessoas que quando o grupo móvel lá chega, essas pessoas começam a chorar, felizes com a possibilidade de estar saindo. Eles não falam nem em receber, em estar saindo dessa possibilidade. Muitas vezes eles passam fome, não é dado nenhum tipo de alimentação pra eles e eles ficam presos nessas condições. É muito difícil qualquer pessoa que viva no meio urbano conseguir entender que pode haver a possibilidade de existir uma situação dessas. Essas fazendas ficam a dezenas ou até centenas de quilômetros de distância da via de acesso mais próxima. Uma inspeção do grupo móvel de fiscalização, por exemplo, demorou oito horas, de carro, dentro de uma fazenda para achar o acampamento desses trabalhadores. São dimensões que a gente da cidade sequer pode imaginar que exista. P/1 – Qual a importância do resgate da memória na luta contra o trabalho escravo? R – Nossa, importantíssimo. Primeiro porque, sinceramente, nós trabalhamos e eu trabalho pra que isso seja uma coisa do passado e é necessário, pra que não se repita no futuro, que isso fique registrado; depois porque eu acredito sinceramente que nós estamos evoluindo com relação a essa questão, a esse combate. Tanto que o Brasil é referência internacional nesse combate, hoje é o país que mais avançou no mundo com relação a essa questão. E pra isso é importante que nós não esqueçamos nunca que isso existe e que pode retornar. Lógico, falar em erradicação é muito difícil, é a mesma coisa que você prever que um crime não vai mais acontecer, mas que isso se torne realmente uma coisa residual. Eu vivo falando que essa situação é tão grave que se existir um brasileiro nessas condições, isso deve ser motivo de uma ação articulada de todos nós, porque a gente não tem noção da gravidade do assunto. A memória disso é muito importante. Por exemplo, se essa memória pudesse ter acontecido há 30 anos atrás, na década de 1970, quando a Comissão Pastoral da Terra começou a gritar e a denunciar esse tipo de questão e nós pudéssemos fazer uma comparação com os dias de hoje, nós íamos sentir claramente a evolução com relação a essa questão, até mesmo porque nessa época o governo sequer reconhecia a existência do problema. Nós pensamos que o governo oficialmente reconheceu, que montou desde 1995 um grupo móvel, uma força-tarefa que vem resgatando e que toda essa ação articulada está começando a fazer diferença, realmente faz com que seja necessário registrar historicamente tudo isso. P/1 – A história da luta contra o trabalho escravo no Brasil é uma história que tem que ser registrada? R – Lógico, até mesmo para que nós possamos perceber a evolução, perceber a involução em alguns casos ou até mesmo a estagnação e buscar sempre novas direções pra que a gente possa resolver essa questão de uma vez por todas. É muito necessário o envolvimento principalmente dos formadores de opinião, e aí também a memória se torna muito importante, por quê? Porque nós temos um papel fundamental como consumidores, sempre atentos com relação a cadeia produtiva desses produtos oriundos dessas fazendas, existe uma lista suja no site oficial do Ministério do Trabalho que denomina com CPF [Cadastro de Pessoa Física] e CGC [Cadastro Geral de Contribuintes] essas fazendas. Nós temos um papel fundamental como cidadãos na hora de escolher os representantes do Congresso, que hoje estão impedindo que possa ser aprovada uma proposta de emenda constitucional [PEC] que prevê o confisco das terras em que foram encontrados trabalhadores escravos. É inacreditável que nós possamos pensar que existem parlamentares no Congresso que tentam impedir que essa PEC seja aprovada. P/1 – A bancada ruralista? R – Exatamente. E até mesmo como educadores pros nossos filhos, tomando sempre cuidado e mostrando a eles a necessidade de uma responsabilidade cidadã com relação a essa questão. P/1 – A cidade de Brasília se insere no contexto de _____. Ter escritório da ONU [Organização das Nações Unidas], da Unicef [Fundo das Nações Unidas para a Infância], vocês se articulam contra o trabalho escravo? Vocês buscam parcerias dessas organizações que se localizam na cidade? R – Olha, o tema do trabalho escravo é um tema muito específico. Com relação a outros temas que a OIT cuida, sim, por exemplo, contra o trabalho infantil que existe um envolvimento maior. Essa ação articulada tem funcionado muito mais com a

sociedade civil, com associações, associações de juizes, de procuradores, o próprio sindicato dos auditores, com a Comissão Pastoral da Terra e com representantes do governo. Nós agora estamos iniciando uma ação articulada com o MEC [Ministério da Educação e Cultura] e, por intermédio do MEC, com a Unesco [Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura], exatamente um braço desse combate que ainda é débil, que é o braço da prevenção. De que forma fazer com que esses trabalhadores resgatados sejam menos vulneráveis, ou aliciados? Quando eles são aliciados, sejam menos vulneráveis? O que acontece? Esses trabalhadores vêm de municípios muito carentes do Nordeste e são ludibriados por promessas falsas de emprego, e eles saem desses municípios pra essas fazendas do Norte do país. O perfil desses trabalhadores: eles normalmente são analfabetos, com pouquíssimos anos de estudo, então eles não têm muita opção. Nós estamos por intermédio do MEC agora buscando alfabetizar esses trabalhadores em temas do direito do trabalho, particularmente do trabalho escravo para que eles possam não só ter algum tipo de educação formal e a partir daí conhecerem e até mesmo identificarem quando o gato, que é o aliciador de mão de obra, chega pra levá-los rumo à escravidão. P/1 – A OIT é uma organização internacional, é provável que vocês tenham alguns colegas estrangeiros trabalhando na OIT atualmente? R – Sim, temos. P/1 – Como eles encaram a cidade de Brasília quando chegam aqui? R – A qualidade de vida de Brasília encanta acho que a todo mundo. Mesmo aqueles que vêm até mesmo da Europa ou de países desenvolvidos gostam muito da possibilidade que Brasília oferece, que diante de outras metrópoles do país ainda é uma cidade com apenas picos de trânsito, há possibilidade de você estar sempre com a sua família, até mesmo por causa dessa facilidade de ir e vir, com índices de violência razoáveis e todos esses estrangeiros gostam muito. Os dois, as duas pessoas mais próximas que eu conheço e que trabalham na OIT, ambos inclusive se casaram com brasileiras, estabeleceram residência fixa aqui, têm filhos com elas e mesmo que tenham que ser transferidos futuramente, fizeram raízes aqui e aqui têm vontade de retornar quando se aposentarem. Acho que é uma boa referência. P/1 – Quais foram as principais transformações que a cidade sofreu do seu ponto de vista? Daquela menina que saiu do Rio de Janeiro, do Marista, pros dias de hoje? R – Eu passei, ao longo desses 25 anos de Brasília, passei dois anos fora, morei um ano em Recife e um nos Estados Unidos. Quando eu voltei, em 96, Brasília me chocou. Me chocou primeiro pelo bolsão de pobreza que foi criado ao redor da cidade na famosa política de distribuir de lote em troca de voto feita pelo governador atual que tinha sido governador na época. Isso fez com que se gerasse um cinturão de pobreza em uma cidade que não tem condição de gerar emprego suficiente e nem tem estrutura suficiente pra toda essa gente. E pela primeira vez você vê pessoas precisando de emprego e não tendo, começando a pedir dinheiro na rua, os níveis de violência aumentando em níveis assustadores. Depois, negativamente o que também me impressionou foi a ocupação desordenada dos terrenos públicos ou até mesmo dos terrenos particulares numa forma de inchar principalmente o plano piloto, o que fez com que vários outros problemas que também não existiam em Brasília comessem a surgir, como é o caso do trânsito. É impossível, por mais larga que sejam as vias de Brasília, comportar esse fluxo desordenado e esse crescimento imobiliário das invasões desses condomínios e todo esse loteamento desenfreado. Do ponto de vista, se a gente visse vários pontos de vista positivos, eu diria que Brasília culturalmente, em termos de entretenimento, principalmente nos últimos anos, em comparação àqueles outros, é absolutamente outra cidade. A possibilidade que você tem hoje de freqüentar bons restaurantes, de ter um circuito de cinema sempre atualizado, ou às vezes até com filmes mais interessantes do que você encontra no circuito nacional, isso faz com que Brasília tenha vida própria culturalmente. Uma crítica que eu faria, eu acho que ainda existem poucos locais de exposição ou de shows, o que faz com que as temporadas de teatro ou de shows sejam normalmente curtas com preços elevados elevados. Quando você vai procurar já não encontra ingresso. Mas fora isso acho Brasília uma cidade interessante de se viver, principalmente exercendo o papel que eu faço, é um papel de articulação política em que as coisas acontecem, as grandes decisões são tomadas e a possibilidade de alguma forma você interferir nessas decisões e ajudar essas pessoas mesmo no meio do Planalto Central é muito interessante. P/1 – Brasília realmente cumpre esse papel de coração do Brasil? R – Eu diria que sim, coração e cérebro porque as grandes decisões, as grandes políticas são formadas por aqui. P/1 – Se pudesse resumir Brasília em poucas palavras, o que você diria? R – Brasília seria, acho que seria uma mulher com inteligência, maturidade, mas muito influenciada ainda pelos rumores políticos. Precisava ter um pouco mais de personalidade, não se deixar influenciar pelos rumores políticos que acontecem. Fora isso Brasília é uma mulher bonita que soube amadurecer e que tem uma função interessante na história do Brasil. P/1 – Muito obrigado! R – De nada! P/1 – Em nome do Museu da Pessoa, a gente agradece a sua entrevista. [fim da fita] --- FIM DA ENTREVISTA ---